PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 000015/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS FUNERÁRIOS E REMOÇÃO DE PACIENTES DO TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO (TFD) NO TRECHO BELÉM/AGUA AZUL DO NORTE-PA

O processo vertente, refere-se a contratação temporária para fins de atendimento de serviços funerários e remoção de pacientes do Tratamento Fora do Domicilio (TFD) no Trecho Belém/Agua Azul do Norte-PA. Com base no decreto nº018/GPMAAN/2017 nos termos do parágrafo único, do art. 38, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Para tanto, a ilustre Secretária de Saúde, apresentou o Ofício relatando o caso, a sua urgência e requisitando providências.

DO EXAME

Trata-se de caso previsto dentre as matérias de competência discricionária do Agente Público. Outrossim, a Legislação vigente, aborda diretamente casos similares, que estão sob sua égide. Para tanto, evocamos o texto do art. 24, IV, da Lei 8.666/93, que recebeu redação dada pela Lei 8.883/94. O qual versa *in verbis*, o seguinte:

Lei 8.666/93

Art. 24 –“ É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos; “

Pois bem, note-se que o texto em epígrafe, é cristalino quanto a possibilidade do Administrador, dispensar o processo licitatório, em casos de emergência para atendimento de urgência de serviço de utilidade pública, no caso vertente, de serviços funerários e remoção de pacientes do Tratamento Fora do Domicilio (TFD) no Trecho Belém/Agua Azul do Norte-PA. Esclarecendo-se que o caso em tela, adequa-se de maneira inquestionável e integral, ao texto do diploma legal evocado.

Sobretudo, quanto à necessidade de um serviço que não pode esperar em razão da sua natureza.

A citada contratação, possui prazo determina do para sua vigência, extinguindo-se em maio de 2017. Assim, o serviço de prestação de atendimento dos usuários do TFD , obrigação legal do Administrador não será interrompido e não haverá prejuízo do erário público, conforme já exposto ao norte.

Quanto a documentação juntada para atestar a idoneidade da eventual contratada, em análise prévia demonstrou-se hábil para celebrar contrato com o Executivo. Logo, não restando pendência quanto a este tópico.

Ante a figura da emergência que resta materializada, ressaltamos que o presente ato administrativo, no que tange o objeto jurídico em questão, encontra a obrigatoriedade da sua ocorrência e ou sua dispensa, vinculada ao direito de escolha e de conveniência da Administração. E a conseqüente, ocorrência do direito de exercício do Poder Discricionário. Para tanto, relembremos o que leciona o grande jurista e mestre do Direito Administrativo Pátrio. Hely Lopes Meireles:

“ Poder discricionário é o que o Direito concede à Administração, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo.”

Não obstante:

“Licitação dispensável: é toda aquela que a Administração pode dispensar se assim lhe convier. A lei enumerou vinte e um casos (art. 24, I a XXI), na seguinte ordem:”

Trecho extraído do livro “ Direito Administrativo Brasileiro – Hely Lopes Meirelles, Editora Malheiros, pág. 103 e 243.

De igual sorte, merece atenção o fato de que os princípios básicos da administração, previstos no art. 37, caput da Constituição Federal, encontram-se devidamente presentes neste caso.

Constituição Federal

Art. 37.”A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência...”

Ante o disposto legal retro mencionado, passemos a analisar os princípios isoladamente e a sua ocorrência no referido caso. Desta forma, verificamos que a prática de aquisição de imóvel rural e dispensa de licitação, são atos, que estão em plena conformidade com os preceitos e exigências legais. E em instante algum, houve por parte da

Administração, qualquer conduta que a afastasse de tais diplomas e requisitos.

O mesmo ocorre com o princípio da Moralidade, o qual revestiu este procedimento administrativo. O qual seguiu rigidamente, os ensinamentos do idealizador deste princípio. O ilustre Hauriou, que leciona: “Não se trata da moral comum, mas sim de uma moral jurídica, entendida como o conjunto de regras de conduta tiradas da disciplina interior da Administração.” (Trecho extraído de Précis Elementaires de Droit Administratif, Paris, 1926, pp 197 e ss, Maurice Hauriou.)

Quanto a impessoalidade a finalidade, não resta controvérsia neste caso. Pois, o ato que ora a administração intenta praticar, está vinculado ao seu fim legal. Entendendo-se que fim legal, é unicamente aquele que a norma de Direito indica expressa ou virtualmente como objetivo do ato, de forma impessoal.

In fine, o último dos princípios que encontramos elencados no caput do art. 37 da CF, é tão somente o princípio da Publicidade. Ressaltando-se que a exemplo dos demais princípios, encontramos a materialização do princípio em epígrafe, no fato de que o presente ato, será devidamente publicado no Diário Oficial.

Portanto, considerando que o caso ora em análise, encontra-se perfeitamente adequado à lei, entendemos que deve haver a dispensa de licitação para contratação de empresa para prestar serviços funerários e remoção de pacientes do Tratamento Fora do Domicílio (TFD) no Trecho Belém/Água Azul do Norte-PA, em caráter temporário, devendo esta situação excepcional perdurar até maio de 2017. Salientando-se por derradeiro, que restam presentes os princípios básicos da Administração, que são: Legalidade ; Moralidade; Impessoalidade e finalidade; Publicidade. De igual sorte, restam presentes os requisitos do ato administrativo, que são: competência; finalidade; forma ; motivo e objeto. O que tornam a medida de dispensa de licitação, como ato administrativo perfeito.

Ex positis, a Procuradoria manifesta-se através do PARECER DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº000015/2017, no sentido de dispensa do processo licitatório, com fulcro no art. 24, IV da Lei 8.666/ 83, ressaltando-se que foram observados os princípios constantes no caput do art. 37 da Constituição Federal. São os termos.

Água Azul do Norte-PA, 10 de abril de 2017 .

Assessoria Jurídica